

Projeto de Lei nº de 2024
(do Sr. Afonso Motta)

Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³ (dois mil centímetros cúbicos) movidos a combustível de origem renovável, sistema reversível de combustão ou híbrido e elétrico adquiridos por pessoa física, desde que automóvel de sua propriedade tenha tido perda total em função de eventos climáticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³ (dois mil centímetros cúbicos) movidos a combustível de origem renovável, sistema reversível de combustão ou híbrido e elétrico adquiridos por pessoa física, desde que automóvel de sua propriedade tenha tido perda total em função de eventos climáticos.

Art. 2º A pessoa física poderá adquirir automóvel de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³ (dois mil centímetros cúbicos) movidos a combustível de origem renovável, sistema reversível de combustão ou híbrido e elétrico com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), desde que preenchidos os requisitos a serem preenchidos cumulativamente:

- I – É proprietária de automóvel cuja perda total (sinistro) decorreu de evento climático ocorrido durante estado de calamidade pública;
- II – O Imposto de Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) do automóvel com perda total deve estar quitado;



III – O Governo Federal deve ter decretado estado de calamidade pública por consequências derivadas de eventos climáticos no Município de licenciamento do automóvel com perda total;

§ 1º Para fins de reconhecimento do sinistro, é necessária a apresentação da baixa do automóvel onde deve constar de maneira expressa que a perda total se deu em função de evento climático.

§ 2º O benefício tributário previsto nesta lei será assegurado ainda que o veículo sinistrado não tenha sido quitado integralmente pelo seu proprietário.

Art. 3º A isenção prevista nesta lei não será concedida:

I – se o automóvel com perda total for objeto de contrato de seguro contra riscos e sinistros com cláusula que assegure ao proprietário indenização por evento climático ou;

II - se o automóvel estiver em estado de abandono.

Parágrafo único. Considera-se como automóvel em estado de abandono o veículo estacionado na via ou em estacionamento público, sem capacidade de locomoção por meios próprios e que, devido a seu estado de conservação e processo de deterioração, ofereça risco à saúde pública, à segurança pública ou ao meio ambiente, independentemente de encontrar-se estacionado em local permitido.

Art. 4º O benefício tributário de que trata essa lei fica limitado a compra de veículo novo cujo preço de venda ao consumidor, incluindo os tributos incidentes, seja equivalente ao valor de tabela FIPE do automóvel com perda total até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 5º O benefício tributário previsto nesta lei poderá ser utilizado uma única vez pela pessoa física.

Art. 6º A alienação do veículo adquirido nos termos desta lei no período de 2 (dois) anos, contado da data de sua aquisição, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma prevista na legislação tributária.



Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita ainda o alienante ao pagamento de multa e juros moratórios previstos na legislação em vigor para a hipótese de fraude ou falta de pagamento do imposto devido.

Art. 7º A isenção será reconhecida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 8º Fica assegurada a manutenção do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo:

I - às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta Lei; e

II - ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a automóvel de passageiros originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de automóveis da posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI com a isenção de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. O imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que apresento tem como objetivo conceder benefício fiscal (isenção de IPI) à pessoa física na compra de veículo automotor novo, desde que a pessoa tenha perdido seu automóvel durante evento climático, por exemplo, inundação e desabamento de barreira. Entendo que essa medida é essencial, pois há muito tempo os automóveis deixaram de ser bens de luxo para se tornarem instrumentos de trabalho de milhões de brasileiros.

É claro que o benefício não pode ser concedido sem qualquer critério. Nesse sentido, estabeleço uma série de exigências que precisam ser demonstradas pela pessoa física proprietária do automóvel sinistrado para a concessão do benefício. Assim, restrinjo o benefício para pessoa física que



perdeu seu veículo, ou seja, não se aplica se o proprietário for pessoa jurídica. O proprietário também deverá demonstrar que a perda do bem tenha ocorrido em decorrência do evento climático, por exemplo, inundação ou desabamento. Ademais, só será concedido se o Governo Federal declarar estado de calamidade no Município onde o veículo foi licenciado. Essa exigência faz-se necessária, pois o benefício fiscal diz respeito à imposto federal.

O benefício previsto na lei também tem limitação. O veículo novo com isenção de IPI deve ter valor similar ao valor da tabela FIPE do automóvel sinistrado até o limite de 200 mil reais. Ademais, o benefício poderá ser utilizado apenas uma vez por CPF. Por fim, e para evitar comércio desse veículo, este não poderá ser alienado no período de 2 anos de sua aquisição. Caso o proprietário o faça, necessariamente deverá pagar o IPI atualizado que deixou de recolher.

Diante do exposto e da importância da proposta, solicito apoio dos nobres pares para aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2024.

Deputado Afonso Motta
PDT – RS

